

*Reunião da Assembleia Intermunicipal  
11 de dezembro de 2023  
Ata n.º 4*

Na sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida, em substituição, por Eva Catarina Nunes Pereira de Pinho Barreira de Lemos, ladeada pelo Vice-Presidente em substituição, Manuel de Oliveira Reis, e pelo Secretário, Hermínio Pedro Marques Martins.

Estiveram presentes os seguintes Membros:

Humberto José Tavares Moreira; Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos; José Carlos Raposo Marques Vidal; Luis Miguel Marques Vidal de Oliveira; Pedro Jorge Rebelo Tavares; Nuno Ricardo Costa Portovedo; João José Rodrigues Gaspar; Victor Manuel Santiago Tavares; Luís Manuel Souto de Miranda; Pedro Machado Pires da Rosa; Manuel José Prior Pedreira das Neves; Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno; Sara Sandra Resende Tavares; Casimiro Simões Calafate; António Jorge Ferreira Borges; Bruno Vilhena Pires; José Augusto da Luz Matos; Ana Raquel Gomes São Marcos Simões; Pedro Miguel Cristo Graça; António Pedro Oliveira Martins; André Filipe Casqueira Guimarães; José Alcides Ramos Pereira; André de Campos Silvestre Fevereiro Chambel; Carlos Manuel Ferreira Ferreira; Francisco José de Oliveira Martins; Álvaro Miguel Ferreira Ferreira; Sérgio Daniel Santos Morais; Emanuel José Bandeira Lopes; Maria da Graça de Abreu Freire Valente e Silva; Frederico André de Campos Sousa Lemos; David Faria Pereira Oliveira; António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro; Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva; Juan Carlos Ferreira Martins; Victor Fernando Santos Neto; Óscar Lopes Francisco; Nuno Roberto Rodrigues de Moura.

Estiveram ausentes: Arménio Henrique Oliveira Martins Silva, Rui Pedro Figueiredo Marques, Fernando Augusto Rodrigues Barbosa (*justificou*), Diamantino Alberto Garrido Correia (*justificou*), António Maria dos Santos Sousa (*justificou*) e Renata Liliana da Costa Marques.

Os Membros Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz (Aveiro), Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos (Estarreja), Ricardo Jorge Lopes Fernandes (Estarreja), estando

ausentes, pediram substituição, por Casimiro Simões Calafate, António Jorge Ferreira Borges, e Bruno Vilhena Pires, respetivamente.

A Presidente da Mesa iniciou a sessão informando a ausência do Presidente da Assembleia Intermunicipal, por motivos de saúde e solicitou a presença de um Membro da Assembleia para completar a Mesa. De seguida passou à leitura da convocatória e da respetiva Ordem de Trabalhos:

A - Apreciação e votação das atas das sessões anteriores;

B - Expediente e informações;

C - Período Antes da Ordem do Dia;

D - Período da Ordem do Dia:

**Ponto 1** - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

**Ponto 2** - Apreciação e Votação do Plano e Orçamento, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Orçamento e Plano Orçamental Plurianual e Mapa de Pessoal de 2024.

**Ponto 3** - Apreciação e Votação da Contribuição Anual dos Municípios que integram a CI Região de Aveiro.

**Ponto 4** - Contestação da CIRA à citação do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, no âmbito do Processo nº 341/23.9BEAVR.

**Ponto 5** - Notificação do Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, relativo ao Processo nº 790/13.0BEAVR.

***A - Apreciação e votação das atas das sessões anteriores:***

Não houve pedidos para usar da palavra.

De seguida, a Presidente da Mesa colocou à votação as atas das sessões anteriores, com os seguintes resultados:

*Ata nº 2/2023, de 26 de abril, aprovada por unanimidade pelos Membros presentes na referida reunião.*



Ata nº 3/2023, de 13 de outubro, aprovada por unanimidade pelos Membros presentes na referida reunião.

***B - Expediente e informações:***

A Presidente da Mesa informou a receção de um email, de 5 de dezembro, do Membro Filipe Fernandes Thomaz, da Assembleia Municipal de Aveiro, a informar que a partir do início do ano de 2024, por motivos profissionais, fica impedido de continuar a desempenhar as funções como Membro da Assembleia Intermunicipal. Por essa razão, solicita a aceitação da renúncia ao mandato, a partir de 31 de dezembro de 2023.

A Mesa aceitou o pedido de renúncia ao mandato.

***C - Período Antes da Ordem do Dia:***

*Inscreveram-se para usar da palavra:*

Luís Souto (Aveiro) propôs a apresentação de um voto de louvor, que passou a ler, tendo-o submetido à apreciação da Mesa.

*“Considerando que José Ribau Esteves desempenhou ao longo de 22 anos o cargo de Presidente do Conselho Intermunicipal com grande zelo e dedicação à causa da Região de Aveiro, tendo sabido potenciar as oportunidades para o desenvolvimento regional com sentido de equilíbrio entre os 11 Municípios e suas aspirações, com determinação e reforço da unidade e coesão regionais e com importantes avanços na capacitação e na afirmação da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, a Assembleia Intermunicipal da Região de Aveiro reunida na sua sessão ordinária de 11 de dezembro de 2023, manifesta o seu reconhecimento e gratidão a José Ribau Esteves na passagem do testemunho ao novo Presidente do Conselho Executivo Intermunicipal Joaquim Baptista, a quem manifesta os votos das maiores felicidades nas funções ora iniciadas.”*

O Voto de Louvor foi aceite pela Mesa.

*Inscreveram-se para usar da palavra:*

Pires da Rosa (Aveiro) referiu que esta é uma assembleia política, que não quer personalizar a questão, mas entende que o voto de louvor não deveria ter sido proposto assim e

que deveria ter existido um contacto com os representantes do Partido Socialista, pois este será um voto político e não contra a pessoa ou capacidade profissional e desempenho das funções.

António Monteiro (Sever do Vouga) referiu que se associa à proposta de voto de louvor, pelo domínio dos dossiers, pela preocupação com a região, por ter procurado sempre integrar todos os Municípios no desenvolvimento da região. Considerou que a Assembleia Intermunicipal faz bem em reconhecer o mérito, o esforço e o trabalho realizado.

José Vidal (Águeda) agradeceu o esforço realizado pelo presidente cessante, associando-se ao voto proposto e reconhece-o no âmbito da sua liberdade de intervir.

Carlos Ferreira (Oliveira do Bairro) referiu que sendo este um órgão político, deve-se valorizar o mérito, a gratidão e o reconhecimento pelo trabalho realizado.

José Matos (Estarreja) referiu que se associa ao voto de louvor, reconhecendo que esta é uma questão pessoal, na figura de presidente cessante e é o desempenho meritório que se está a reconhecer e a votar, devendo-se distinguir os planos municipais dos intermunicipais.

Manuel Prior (Aveiro) referiu que se solidariza ao voto de louvor apresentado, pelo trabalho que o presidente cessante realizou, ao longo dos 22 anos, em prol da região de Aveiro.

Pedro Martins (Ílhavo) referiu que foi submetido à Assembleia Municipal de Ílhavo um voto de louvor semelhante, sobre o contributo e as funções desempenhadas na CIRA e esse voto foi aprovado por unanimidade. Informou que votará favoravelmente, tal como o fez na AM Ílhavo. Entende que este voto peca por defeito e que poderia ter havido interação prévia com o Partido Socialista.

Luís Souto (Aveiro) assumiu que se trata de um voto conciso e não compreende a discussão, referindo que não ouviu sequer o próprio partido para esta iniciativa.

*A Presidente da Mesa colocou à votação o Voto de Louvor, com os seguintes resultados:*  
**Aprovado por maioria, com duas abstenções, dos membros Pedro Machado Pires da Rosa e Sara Sandra Resende Tavares.**

#### ***D - Período da Ordem do Dia:***

#### ***Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro:***

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que o documento resume a atividade que a região desenvolveu. Destacou o início da operação de transporte público de passageiros, na qual já se perspetivavam dificuldades, daí ter-se iniciado em agosto de 2023. Com o início do ano letivo foram constatadas as muitas complexidades e posto em evidência o quanto se desconhecia a realidade do transporte público no nosso território, incluindo linhas operadas por empresas que não tinham autorização. Referiu que se está numa fase da consolidação e vamos reavaliar a operação, provavelmente após o primeiro trimestre de 2024, considerando a informação disponível, quando já se conhece a realidade do sistema, os níveis de procura e o que está no terreno, permitindo um olhar mais atento e criterioso. Reconheceu um trabalho muito difícil, que envolveu os técnicos municipais, os próprios autarcas e a disponibilidade da estrutura da operadora, ao mais alto nível, para encontrar soluções. Entende que a operação já apresenta um serviço de transporte público com um nível da oferta pontualmente melhor.

O Presidente do CI destacou o ponto 1 da informação, o Acordo de Parceria para a realização de obras de conservação e reabilitação da Rede Hidrográfica e Estuário da Ria de Aveiro, em que se extingue uma relação com quase uma década com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, com inúmeras empreitadas realizadas para resolver diversos problemas nas margens do rio Vouga e do rio Antuã. Há a consciência que esta parceria tem de ser retomada, logo que haja condições políticas para tal, pois é fundamental para procurar soluções, neste ecossistema dinâmico da Ria que necessita de intervenções permanentes.

O Presidente do CI deu nota do Congresso da Região de Aveiro 2023, que procurou estar presente em todo o território e no qual se celebrou um novo ciclo de gestão, de reflexão e prospetivo dos novos investimentos.

Salientou o momento histórico, em que decorre o concurso público para o Sistema de Defesa Primário do Baixo Vouga lagunar, com um valor base de 21,7 milhões de euros, uma matéria com 4 décadas. Referiu que o importante é ter pelo menos um concorrente, alguém capaz de realizar a obra e que o concurso não fique deserto, pois seria a pior notícia após tantos anos de entraves administrativos, de natureza ambiental e financeira, numa obra tão relevante para toda a Ria e que merecerá atenção permanente no futuro próximo.

O Presidente do Conselho Intermunicipal destacou o ponto relativo à produção de energia eólica offshore e o desafio da descarbonização, informando que haverá um *spot* ao largo da região de Aveiro. Foi construído um parecer conjunto entre as Comunidades Intermunicipais e as Áreas Metropolitanas envolvidas, ao qual a CIRA emitiu um parecer globalmente positivo, considerando que precisa ainda de incorporar estudos das consequências em terra, numa questão que terá efeitos na própria redefinição estratégica do Porto de Aveiro. Considerou que a CIRA tem de se posicionar estrategicamente neste processo, que terá reflexos nos Planos Diretores Municipais, na rede elétrica e nos parques industriais de toda a região.

*Inscreveram-se para usar da palavra:*

José Matos (Estarreja) assinalou algo que é relevante no futuro próximo, que é a mudança de governo, esperando que não coloque em causa os projetos em curso, designadamente a rede viária e o Centro Hospitalar do Baixo Vouga. Referiu que o Congresso da Região de Aveiro foi uma boa ideia, mantendo a descentralização. Considerou que na questão da Busway, as queixas foram muitas, constatando-se que havia muito desconhecimento do que se passava no terreno e o importante agora é que os problemas sejam ultrapassados, reconhecendo o mesmo tipo de problemas noutras regiões que estão a iniciar o processo de concessão. Referiu que a produção de energia offshore é um dossier muito importante para as próximas décadas e sugeriu que se podia dedicar uma sessão da Assembleia Intermunicipal a esta matéria, convidando especialistas na área. Questionou o futuro do ACeS.

Casimiro Calafate (Aveiro) considerou que a CIRA deve tentar um novo acordo com a APA para realizar o trabalho que os sucessivos Governos não fazem no território, para termos o rio Vouga, um rio decente, pois em caso de cheias há sempre rombos nas margens. Destacou o empenho da CIRA na defesa do Baixo Vouga Lagunar e a importância deste concurso público na realização do projeto do Sistema de Defesa Primário. Referiu que nos transportes eram previsíveis alguns problemas, mas que a ideia base é positiva. Referiu que será muito importante a inscrição do Barco Moliceiro no INPC - Inventário Nacional de Património Cultural, pois é a nossa identidade que está aqui presente. Relativamente à produção de energia em offshore, considerou importantes os alertas da CIRA e concorda com um maior esclarecimento desta

matéria, recordando as obras de alargamento do Porto de Aveiro e as consequências que daí decorreram.

António Monteiro (Sever do Vouga) chamou a atenção para o papel da CIRA na gestão do território, designadamente na rede viária e na nova rede de transporte público e recordou o alerta que fez, em reuniões anteriores, para a forma injusta como era tratada a região de Aveiro, na repartição das verbas do Fundo Ambiental, em comparação com as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, questionando quais as medidas tomadas para formas de tratamento mais justas. Sobre a importância da gestão da água para a Ria, lembrou que não se esqueça o rio Vouga, questão fundamental para Sever do Vouga. Referiu que na questão da transição energética há projetos nacionais que impactam na região, designadamente a barragem e a produção de energia eólica em offshore, mas que não devemos deixar cair a gestão da floresta e a produção de biomassa, não havendo qualquer concretização nesta matéria. Considerou que não podemos ignorar a situação da saúde na região, designadamente do Hospital de Aveiro e do serviço de urgência, em colapso.

Bruno Vilhena (Estarreja) referiu que os problemas causados na rede de transporte são normais num projeto em desenvolvimento e questionou se a CIRA poderá avançar para a criação de um passe intermunicipal, conjugando o transporte rodoviário e ferroviário. Concordou na realização de uma sessão especial para debate da produção de energia offshore.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que o ACeS irá terminar com o início da ULS - Unidade Local de Saúde, que não estamos bem na saúde na região, com uma grande preocupação nos cuidados primários, na falta de médicos e com a perspetiva que o problema se agrave com a aposentação, em breve, de muitos médicos de família.

Relativamente à sessão de esclarecimento proposta, informou que já se fez esse primeiro esforço no último Congresso da Região de Aveiro, em que foi convidado o diretor da DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, mas reconhece que é uma matéria relevante que justifica uma sessão extra.

Sobre a rede de transportes, o Presidente do CI informou que se está a entrar numa nova fase e que esta é uma transferência de competências que vai ser consequente. Entende que havia uma opinião empírica e um desconhecimento completo dos níveis de procura, pois não existiam

dados fiáveis. Começa-se agora a ter mais informação para ter melhores decisões no futuro e permitir-nos-á corrigir trajetórias. Entende que o operador também está a aprender e quer introduzir ao serviço inovação e desenvolvimento de soluções pioneiras.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que as intervenções no âmbito do acordo com a APA era reativas e defendeu uma relação permanente, prospetiva, para haver um bom diagnóstico e projetos regulares.

Relativamente ao Barco Moliceiro, o Presidente do CI recordou que já está inscrito no INPC e que a candidatura à UNESCO já está a ser preparada, sendo processos muito lentos.

Sobre os receios dos compromissos já assumidos com a mudança de Governo, confirmou que existem, designadamente o processo Ria Viva, que só tem um compromisso político. No entanto, entende que não podemos ficar reféns e temos de manter a estratégia.

O Presidente do CI referiu que seria importante acabar com a discriminação tarifária do transporte público de passageiros e que o governo anunciou o novo programa para 2024, “Incentiva+PT”, havendo a expectativa de um tratamento mais uniforme pelo país, considerando que os programas anteriores foram pensados para as áreas metropolitanas. Sobre o passe intermunicipal, informou a ambição de um bilhete único no país, através do projeto “1bilhete.pt”, para se alterar o paradigma definitivamente. Entende que se tem dado passos significativos para se acabar com vários passes em função das linhas, mas ainda não existe verba para chegar à ferrovia.

Sobre a biomassa, o Presidente do CI informou que se lutou para haver uma Central de Biomassa na região de Aveiro. Após ter conhecimento que a Navigator tem esse objetivo concretizado, entendemos como relevante, neste momento, a construção de uma rede de parques de biomassa, à escala da Comunidade Intermunicipal, para uma gestão articulada e integrada.

*Tomado conhecimento da Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.*

***Ponto 2 - Apreciação e Votação do Plano e Orçamento, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Orçamento e Plano Orçamental Plurianual e Mapa de Pessoal de 2024:***

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que se trata de um plano histórico, com um montante que ultrapassa largamente o anterior, que resulta de coisas menos boas e ações não concretizadas em 2023, como por exemplo, as empreitadas das dragagens dos Cais da Ria de Aveiro e a reabilitação da margem esquerda do Rio Vouga, que eram para ser financiadas pelo REACT-EU e que agora se tem de cuidar da transição para o novo quadro comunitário de apoio e garantir com orçamento próprio numa primeira fase ou adiar o seu início de execução. O Sistema Primário de Defesa do Baixo Vouga Lagunar e a Ponte-Açude justificam igualmente a expressão do valor do orçamento.

O Presidente do CI informou que o BUPi - Balcão Único do Prédio, é uma operação de registo de cadastro rústico simplificado e é um projeto para continuar.

Sobre a ampliação da sede da CIRA, informou que se estão a concluir os projetos de arquitetura e especialidades.

O Presidente do Conselho Intermunicipal destacou a verba de 600 mil euros para a Ria Viva, para a concretização do capital social previsto dos Municípios, e os 6 milhões de euros previstos na Autoridade Regional de Transportes, que incluem os custos da operação/concessão e o financiamento/comparticipação. Terminou, informando que serão os Municípios a concretizar o projeto da recolha dos Biorresíduos e serão financiados via CIRA.

*Inscreveram-se para usar da palavra:*

José Vidal (Águeda) questionou os critérios para a distribuição dos apoios do PAPER - Programa de Apoio a Projetos e Eventos da Região de Aveiro e quando é que haverá uma atualização do valor deste programa. Referiu que não é muito visível, na rubrica do projeto Ria Viva, a questão da Pateira de Fermentelos.

Casimiro Calafate (Aveiro) referiu que o BUPi é um processo importante, mas muito curto, para se começar a fazer ordenamento do território, recordando que se não houver dimensão, os terrenos são abandonados.

António Monteiro (Sever do Vouga) referiu que o CIROA - Centro Intermunicipal de Recolha Oficial de Animais da Região de Aveiro é um processo com uma sensibilidade própria, que não tem corrido bem, todas as autarquias têm problemas sérios, que a dimensão da infraestrutura merece já uma reponderação e questionou se será desta que avança.

Manuel Prior (Aveiro) referiu que a saúde vive uma situação muito complicada e é necessário maior capacitação para melhorar os cuidados de saúde na região, lançando um apelo à CIRA para reivindicar melhores cuidados de saúde.

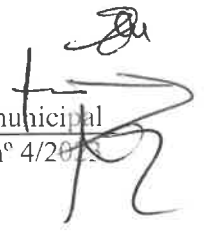
Humberto Moreira (Águeda) referiu que há imensas preocupações com a saúde e recordou que Águeda fez investimentos avultados e tem os serviços encerrados dias após dias, apelando à CIRA que exerça pressão.

José Vidal (Águeda) referiu que nunca houve tantas urgências fechadas e serviços encerrados, e ao mesmo tempo, tantas consultas dadas, operações realizadas e atos de atendimento efetuados, lembrando que em janeiro de 2024 as horas voltam a zero e acabarão os problemas nas urgências, sendo este principalmente um problema de gestão.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que no PAPERÁ o objetivo não é substituir os apoios dos municípios, mas sim reforçar o sentimento de pertença e comunicarmos as políticas regionais. O valor do orçamento tem sido mantido e há regras muito claras na análise das candidaturas.

Sobre o BUPi, o Presidente do CI considerou que este processo será consequente e entende que ninguém gere bem o que não conhece. Considera uma boa iniciativa, para conhecimento do território e para se poder tomar decisões de ordenamento, fundamentalmente agrícolas ou florestais, e que na região de Aveiro ainda acresce a questão do domínio público hídrico.

Relativamente à saúde, o Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que é uma matéria que nos preocupa a todos, mas que não governamos o país. Considera que há um problema de gestão ao mais alto nível e um conjunto de lobbies nesta área. Entende que a CIRA deve manter a determinação e a luta, que são necessários novos interlocutores políticos e é preciso dar tempo à nova organização. Considera que não se resolvem os problemas estruturais só com dinheiro, é antes uma questão organizacional.



Sobre o CIROA, o Presidente do CI recordou que tem sido um processo conturbado, tendo-se alterado recentemente a localização de Ovar, para um espaço com maior capacidade. Informou que não há financiamento, o que obrigará a um esforço municipal significativo, que não se resolverá o problema só com esta infraestrutura, além de que não será só construir, será necessário gerir, o que pressupõe elevados custos.

*A Presidente da Mesa colocou à votação o segundo ponto da Ordem de Trabalhos, com os seguintes resultados:*

*Plano e Orçamento, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Orçamento e Plano Orçamental Plurianual e Mapa de Pessoal de 2024, aprovado por maioria, com seis abstenções, dos membros António Pedro Oliveira Martins, David Faria Pereira Oliveira, Bruno Vilhena Pires, Frederico André de Campos Sousa Lemos, Sara Sandra Resende Tavares e José Carlos Raposo Marques Vidal.*

***Ponto 3 - Apreciação e Votação da Contribuição Anual dos Municípios que integram a CI Região de Aveiro:***

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que se mantém o valor de 1 euro por eleitor.

*Não houve pedidos de inscrição para usar da palavra.*

*A Presidente da Mesa colocou à votação o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, com os seguintes resultados:*

*Contribuição Anual dos Municípios que integram a CI Região de Aveiro aprovada por unanimidade.*

***Ponto 4 - Contestação da CIRA à citação do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, no âmbito do Processo nº 341/23.9BEAVR:***

A Presidente da Mesa informou que a CIRA apresentou uma contestação no TAF - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro no âmbito do processo instaurado por Vladimiro das Neves Rodrigues da Silva, que está a decorrer e que se aguarda a decisão do TAF.

*Inscreveram-se para usar da palavra:*

José Matos (Estarreja) agradeceu a informação enviada para ter conhecimento de todos os trâmites do processo. Recordou que esta situação resulta do nosso Regimento e que na reunião de 26 de abril de 2022 todos olhámos para o Regimento e tivemos o cuidado de pedir um parecer à CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro para sermos elucidados na interpretação e o parecer recebido foi no mesmo sentido. Referiu que o ponto nº 5 da exposição da advogada é falso, pois não foram os membros do PSD de Estarreja que pediram a perda de mandato.

Pedro Martins (Ílhavo) entende que o Procurador do Ministério Público referiu que não terá legitimidade para impugnar a decisão da Assembleia, mas o próprio Ministério Público entende que há matéria para impugnação e devemos aguardar serenamente a decisão do Tribunal.

***Ponto 5 - Notificação do Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, relativo ao Processo nº 790/13.0BEAVR:***

A Presidente da Mesa informou que toda a documentação deste processo foi junta à convocatória, e por imposição do Procurador da República, o Secretário da Mesa foi notificado para dar conhecimento deste processo aos Membros da Assembleia Intermunicipal, o que foi feito. Foi igualmente junto, um parecer solicitado pela CIRA. A Mesa está a aguardar os resultados da Auditoria do Tribunal de Contas e após, dará informação da mesma.

*Inscreveram-se para usar da palavra:*

Diana Paiva (Ílhavo) referiu haverá outros elementos visados por este processo que deviam ser notificados. Sugeriu pedir um parecer à CCDRC, no sentido de verificar se a Assembleia Intermunicipal tem de tomar alguma deliberação ou se tem apenas de ser informada.

Jorge Greno (Aveiro) informou a Mesa que terá de pedir escusa se houver votação no futuro, uma vez que é Presidente da Assembleia Geral do Beira-Mar, apesar de na altura não o ser.

A Presidente da Mesa informou que se está a notificar a Assembleia Intermunicipal e que a notificação aos visados deve ser efetuada por Oficial de Justiça.

Para efeitos de execução imediata, foram aprovadas por unanimidade, as deliberações em minuta.

Não havendo outros assuntos, a Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas e quinze minutos, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos Membros da Mesa.



Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal  
Eva Catarina Nunes Pereira de Pinho Barreira de Lemos



Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal  
Manuel de Oliveira Reis



Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal  
Hermínio Pedro Marques Martins